

Os enigmas de um continente: as origens da Arqueologia americana, 1750-1850

JOHNNI LANGER*

Resumo: O artigo aborda o nascimento da arqueologia americana, durante os séculos XVIII e XIX.

Abstract: The article analyzes the birth of American archaeology, during the 18th and 19th centuries.

Palavras-chave: Arqueologia. Mito e colonização. História da América.

Key words: Archaeology. Myth and colonization. American history.

Desde o momento em que foi descoberta pelos europeus, a América não cessou de produzir imagens das mais diversas, seja a respeito de seus habitantes ou de seu espaço geográfico. Imagens de estupefação, fascínio por novas maravilhas ou temeridade pelas terras desconhecidas. Logo após a conquista, um grande debate intelectual foi desencadeado, por filósofos, humanistas, religiosos ou simples curiosos, tentando entender os misteriosos e exóticos habitantes do Novo Mundo. Mas nenhuma questão mereceu maior atenção do que a origem do homem americano. Neste primeiro período, "el indio no planteó un conflicto filosófico o un problema intelectual a los europeos. Estos extraños pueblos quedaron impresos en la mente del Renacimiento a través de los relatos de los viajeros" (Fagan, 1984, p. 38). A imagem do nobre selvagem foi uma das impressões iniciais nos intelectuais europeus. No desenrolar da conquista, esta atitude foi somada à outras, como a do bárbaro canibal, a do gentio passível de conversão, ou aproximando estes seres com outros povos não-cristãos, a identidade do ameríndio legitimando a

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. Professor no Departamento de História da Faculdade Estadual de União da Vitória (FAVI). E-mail: thor_odiq7@hotmail.com

colonização, os preceitos religiosos, a escravidão (Raminelli, 1997). À medida que quantidade de informações filológicas e vestígios materiais eram encontrados, ampliaram-se as teorias de origem dos povos nativos. Desde culturas do Mediterrâneo, África, Ásia, Polinésia, até civilizações imaginárias da Antigüidade, eram evocadas para explicar o problema central da americanística (Imbelloni, 1956; Huddleston, 1967). A maioria das atenções dos estudiosos, a partir do século XVII, se voltou para as grandes estruturas de pedra encontradas por todo o Novo Mundo, indicando um avanço civilizacional que nem sempre condizia com os preceitos europeus.

O mito dos *Mound-Builders*

Durante o Setecentos, o único local na América em que houve registros de pesquisas arqueológicas foram os Estados Unidos. Coincidindo com o período de expansão das fronteiras para além das terras indígenas, esse processo científico foi associado com ideais de colonização territorial de origem européia: “És característico de la mayor parte de las sociedades coloniales buscar argumentos justificativos de su colonización en sus precedentes históricos” (Fagan, 1984, p. 98). Como o passado norte-americano não possuía nenhuma estrutura monumental significativa, as atenções voltaram-se para os vestígios dos *Mound-Builders*,¹ os únicos semelhantes às construções da Europa e de outras partes da América. Após a guerra entre França e Inglaterra (1756), diversas expedições incursionaram pelas planícies do vale de Ohio. Quanto maior era a ocupação dos colonos, maior era a quantidade de montículos descobertos. Para os novos ocupantes da região, esses vestígios não tinham nada em comum com os objetos indígenas avistados pelo interior norte-americano. As primeiras especulações teóricas foram desenvolvidos por John Rowzée Peyton, em 1774. Na região do rio Missouri (Kansas), em um montículo encontrou ossos, conchas e fragmentos de cerâmica. Sua conclusão foi que, antes de Colombo, “this continent was inhabited by people of an advanced civilization, as compared with the Red skins of today” (apud Blakeslee, 1987, p. 788). Suas memórias somente foram publicadas em 1867, mas especialistas afirmam que essas idéias influenciaram a criação do mito dos *Mound-Builders*, por ser um dos mais proeminentes intelectuais do período (p. 790).

¹ Inglês: de *mound* (monte) e *builder* (construtor). Populações pré-históricas do leste dos Estados Unidos conhecidas pelos seus montes funerários (túmulos) (Grande Larousse, 1998, p. 4105). As grandes construções dos índios Hopi e Anazasi (Oeste dos EUA) somente foram descobertas e popularizadas no Oitocentos.

Os eruditos iniciaram a tentativa de reconstituir a autoria desses montes pré-históricos, creditando-os aos *vikings*, hebreus, egípcios, gregos, atlantes, hindus, entre outros. As primeiras especulações sobre esses indícios, na realidade, deram continuidade à uma das questões mais comuns sobre o Novo Mundo, iniciada desde o descobrimento: a origem cultural dos ameríndios como sendo alienígena. Principalmente autores de origem espanhola (como Oviedo, Acosta e Garcia) debateram desde a existência de hábitos judeus entre as populações nativas, até a existência de instituições fenícias no continente (Huddleston, 1967). A responsabilidade pela autoria dos monumentos encontrados na América foi buscada em civilizações que tiveram alguma conexão com o Velho Mundo, desviando a óbvia autoria dos seus habitantes autóctones, um procedimento típico das futuras teorias do *difusionismo*.² Durante o Setecentos, essa atitude continuou a ser muito comum. Por exemplo, Ezra Stiles (presidente do Yale College) acreditava que os montículos eram obra de indígenas de origem cananita. Seu amigo Benjamin Franklin, ao contrário, concebia que os espanhóis os haviam construído. Algumas pesquisas nesse mesmo período – final do século XVIII – obtiveram alguns dados interessantes no contexto ideológico dos vestígios arqueológicos. Entre 1787 e 1788, o general Rufus Putnam realizou um pioneiro levantamento topográfico dos *Mounds de Marietta*. O seu agente de negociações, o reverendo Manasseh Cutler, calculou a idade dos mesmos, baseado na contagem dos anéis de antigas árvores do local – uma antecipação dos métodos de *dendocronologia*³ (Fagan, 1984, p. 102).

² *Difusionismo*: Teoria arqueológica muito comum em finais do século XVIII e por todo o XIX, que creditava a origem dos sítios e demais produtos da cultura material ameríndia a civilizações do Velho Mundo, ou ainda, a culturas imaginárias da Antiguidade, como a Atlântida. O difusionismo foi herdeiro de velhas imagens da americanística, presentes desde a descoberta do continente americano, mas agora incorporadas com a nova linguagem da ciência do antigo. Não confundir com a escola de antropologia surgida na Inglaterra no início do século XX, segundo o qual a cultura se difunde a partir de um pequeno número de regiões pelo mundo. A teoria do difusionismo arqueológico "rejects the idea of independent invention of cultural advances in favor of claiming diffusion from older existing cultures" (Frost, 1993, p. 46).

³ Quando as árvores crescem em clima com variações sazonais, seus anéis de crescimento podem ser mais delgados ou mais grossos do que a média normal. Em 1929, A. E. Douglas demonstrou que essa variação poderia ser correlacionada com o material arqueológico, comparando muitos dos troncos recolhidos em uma região restrita, submetidos às mesmas variações climáticas, estabeleceu uma escala-tipo, que se estende desde os tempos atuais até aos das culturas pré-históricas (Souza, 1997, p. 44).

As mais impressionantes pesquisas em torno da arqueologia indígena setecentista, no entanto, seriam produzidas pelo famoso político Thomas Jefferson. Antes de ser eleito presidente, entre 1779 e 1781, realizou escavações sistemáticas na região de Virgínia. A principal hipótese de Jefferson era de que os montículos seriam obra dos nativos americanos – uma idéia totalmente isolada no contexto erudito da época. As escavações foram efetuadas em um monte de 13 metros, com trincheiras de até um metro de profundidade. O material recolhido estava muito confuso, principalmente ossos e crânios. Interessado no exame da estrutura interna do local – não apenas nos objetos existentes –, efetuou trincheiras mais profundas, atingindo o nível do piso original. As pesquisas de Jefferson tornaram-se um caso totalmente singular nas explorações dos vestígios indígenas. Primeiro, porque a maioria desses resquícios eram destruídos para a atividade agrícola ou recolhidos como peças preciosas. Segundo, porque seu método de testar hipóteses, revelar estratigrafia e registrar os dados era incomum no período⁴ (Fagan, 1984, p. 111; Coe, 1997, p. 25).

Se, do ponto de vista arqueológico, as descobertas e teorias de Jefferson estavam isoladas no contexto erudito norte-americano, as suas interpretações sobre os indígenas e animais do continente foram muito debatidas na Europa. Ambas as idéias apareceram em seu livro *Notes on Virginia* (1785), publicado inicialmente em Paris. O estadista foi um ferrenho opositor das idéias detratoras da América, popularizadas por Buffon na metade do Setecentos (Gerbi, 1996, p. 197-207). Este sábio francês baseou suas concepções em dados da natureza física, como as dimensões de alguns animais e características climáticas. Polemizando contra isso, Jefferson apresentou evidências zoológicas e restos fósseis, além da defesa moral para com os aborígenes.

Ao início do Oitocentos, diversas publicações, ignorando os relatórios de Jefferson, procuravam nos escritos de Heródoto, na Bíblia, nas doze tribos perdidas de Israel e em personagens míticos, a explicação para os *Mounds*. Nesse contexto, surgiu o grande mito da origem dos montículos como produto de uma raça altamente evoluída e de características brancas, que ocupou o território norte-americano. Em 1830, Joseph Smith publicou o *Livro dos Mórmons*, baseado numa suposta revelação divina, e copiado de

⁴ Diversos especialistas consideram as pesquisas de Jefferson como as primeiras *escavações científicas* da arqueologia (Souza, 1991, p. 20).

um jogo de lâminas de ouro encontrado num montículo.⁵ Neste livro, existe o relato da suposta migração transatlântica de povos do Velho Mundo para o novo continente, originando as atuais etnias nativas. Um mito com eminente sentido colonialista: “La supresión de los indígenas solamente podía justificarse si se demostraba que no eran los propietarios originales de tierras que ocupaban. Y si ellos no podían explicar las grandes construcciones de tierra, entonces no tenían más derechos de propiedad sobre la tierra que los nuevos colonos” (Fagan, 1984, p. 119).

Um dos primeiros relatos populares sobre essa concepção mítica foi publicado em 1833, *American Antiquities and discoveries in the West*, por Josiah Priest. Em dois anos, vendeu mais de 20.000 cópias. Para Priest, os construtores dos montículos eram pessoas brancas com grande inteligência, heróis de um passado enigmático, capazes de estimular a conjuntura do povoamento desenvolvido na região. Seis anos depois, como sintoma eminente da aceitação do mito pelo imaginário popular, surgiu a novela *Behemoth: a legend of the Mound-Builders*, de Cornelius Mathews. Um drama mitológico com requintes heróicos e religiosos, contribuindo ainda mais para a popularização do folclore. Assim, a utilização do mito com finalidades colonialistas colaborou para a sua popularidade, auxiliando o racismo contra os indígenas: “The latter, more popular claim reflected the widespread belief that the indians were genocidal savages and made the archaeological record appear to be further justification for the waging of war upon them and the seizure of their land” (Trigger, 1980, p. 665). Para os especialistas, o mito dos montículos constituiu um dos mais impressionantes exemplos de arqueologia colonialista, onde as pesquisas dos dilettantes justificou o massacre, a conquista e a obtenção do espaço geográfico dos ameríndios: “archaeology thus identified the indians not only as being unprogressive but also as having wilfully destroyed a civilisation; wich made their own destruction seem all the more justifiable” (Trigger, 1984, p. 361). As primeiras grandes sistematizações acadêmicas nos sítios norte-americanos foram efetuadas a partir de 1845, mas somente ao final do século a aceitação do mito branco foi abandonada definitivamente, graças ao trabalho de fundações como o Smithsonian Institute.

⁵ Este relato pode ter sido copiado de outra obra mais antiga, chamada *Manuscript Found* (1809), de autoria do reverendo Solomon Spaulding, que teria traduzido 28 pergaminhos encontrados em um montículo indígena de Ohio. O relato conta a história da migração de romanos cristãos para a América, onde construíram grandes cidades, até sua destruição total (Fagan, 1984, 126).

As ruínas centro-americanas

Apresentando uma vasta quantidade de ruínas sofisticadas, originárias de diversas culturas, o México desde o período colonial teve inúmeros casos de manipulações ideológicas de seu passado. As autoridades legitimaram seu poder pelas cronologias e genealogias históricas, onde as ruínas tiveram um papel predominante, pois eram os vestígios de uma glória que deveria ser reabilitada. Com a chegada do Setecentos, essa retomada do passado foi modificada para a criação de uma consciência nacional, onde os restos indígenas seriam altamente valorizados.

O primeiro soberano espanhol que concretizou essa concepção em termos práticos foi o déspota Carlos III. Realizando uma série de reformas e estímulos culturais na Espanha, as pesquisas em sua colônia mais importante tiveram também grande importância. Em 1784 criou uma comissão oficial, composta por José Calderón e Bernasconi, incumbida de criar um relatório oficial sobre os monumentos mexicanos e de coletar objetos valiosos. Tempos depois, outra comissão foi organizada pelo capitão Antonio del Rio (1786), o qual investigou a cidade perdida de Palenque, descoberta inicialmente por um padre dez anos antes.⁶ Seu relatório foi publicado em Londres (1822), no qual afirmava que essas ruínas teriam origem egípcia (Annequin, 1978, p. 49-50). A continuidade dessa valorização dos monumentos mexicanos foi seguida por Carlos IV, encarregando o francês Guillermo Dupaix da investigação centro-americana (1804). Dupaix viajou com diversos artistas, que registraram principalmente a região de Palenque. Realizou algumas escavações fortuitas, encontrando ossos e cerâmicas. Os resultados desta expedição foram arquivados na cidade do México em 1808, e recuperados décadas depois por especialistas ingleses (Fagan, 1984, p. 129).

Novas maravilhas da cultura mexicana foram reveladas com o naturalista Alexander von Humboldt, durante o início do século XIX. Na cidade de Cholula, o sábio alemão descreveu a pirâmide com maior volume do mundo – 439 metros de base –, a grande obra arquitetônica do Novo Mundo. Humboldt realizou uma densa descrição material do sítio visitado. Apesar de atribuir a autoria dos monumentos aos indígenas da região, o seu referencial foi basicamente comparativo, sempre procurando evocar as pirâmides

⁶ Os monumentos maias começaram a ser redescobertos ainda no Seiscentos. O padre Andrés Avendaño descobriu a cidade perdida de *Tikal* em 1695, enquanto que *Palenque* foi encontrada em 1773, também por franciscanos (Camp, 1984, p. 63-64). *Copan* (Honduras) foi mencionada por Fuentes em 1700 (Ceram, 1953, p. 298).

do Egito e Mesopotâmia: “A base da pirâmide de Cholula é duas vezes maior do que a de Quéops [...], vestígios similares se encontraram em vários edifícios egípcio [...], observamos acima a grande semelhança de construção entre os teocales mexicanos e o templo de Bel, ou Belo, em Babilônia” (Humboldt, 1973, p. 299-304).

Essa descrição de Cholula foi publicada originalmente em 1814, na obra *Vues des Cordillères et Monuments des Peuples indigenes de l'Amérique*, demonstrando aos eruditos europeus as possibilidades de simetria entre as construções americanas recém-descobertas e as existentes na África ou Mediterrâneo.⁷ Mas também em outros aspectos culturais essa aproximação ocorreu. Ao fazer comentários sobre vasos indígenas, declarou: “adornados com graciosos labirintos..., semelhante às dos Romanos [...]” (Humboldt, 1884, p. 227). A ilustração para a pirâmide de Cholula, nos faz perceber as imagens do sábio alemão diante da cultura americana. Dois viajantes (Humboldt e Bonpland) são representados de costa, observando ao longe a imensa pirâmide, cujo fundo é encimado por uma grande cordilheira. Toda a superfície da pirâmide foi escurecida, assemelhando-se em forma e estrutura com as montanhas ao redor. A impressão geral do quadro é de uma total fusão entre a obra mexicana com as formas geológicas. A própria ruína denota um caráter de montanha. Uma harmonia da natureza física com a cultura humana.

O trabalho de Humboldt na América apresentou dois grandes aspectos. De um lado, suas descrições da natureza e do clima contrariavam a imagem negativa que a Europa setecentista (principalmente com Buffon e De Paw) havia construído sobre o continente americano. Os trópicos não eram tão insalubres como se afirmava, entusiasmando toda uma geração de estudiosos, concebendo a América como um grande objeto de estudo científico. Por outro lado, influenciou diretamente os estudos do ameríndio, revelando aspectos monumentais e geológicos que atestavam um passado maior para o Novo Mundo. De certa maneira, sua obra inaugurou a moderna americanística: “com Humboldt o pensamento do Ocidente empreende finalmente a conquista pacífica e anexa idealmente a seu mundo, ao Cosmo único, aquelas regiões que até então tinham sido quase somente objeto de curiosidade, estupor e

⁷ Para Mary Pratt, essa importante obra de Humboldt não teve impacto, nem ao menos interessou aos leitores e comentaristas como divulgadora de temas arqueológicos (Pratt, 1999, p. 230). Não temos maiores conhecimentos dessa relação nos leitores europeus do naturalista. Mas para nossas fontes brasileiras do Oitocentos, em sua maioria apontam Humboldt como grande autoridade em arqueologia americana, motivo da sua inclusão neste estudo.

zombaria” (Gerbi, 1996, p. 309). Também contestou as teorias negativistas de De Pauw e Raynal. Porém, ao contrário de Thomas Jefferson e outros norte-americanos, suas opiniões encontraram respaldo na Europa. O sábio alemão era favorável, como os detratores da América, a uma tese da decadência do ameríndio: “a barbárie que domina nessas regiões talvez não seja tanto a expressão de uma ausência completa e nativa de civilização, porém mais o efeito de uma longa decadência. Quase todas as hordas que chamamos selvagens descendem provavelmente de povos que tiveram outrora um grau bem mais elevado de civilização” (apud Gerbi, 1996, p. 313). Essa teoria degenerativa afasta-se de De Paw, por incluir uma visão otimista e romântica das culturas latino-americanas, no qual subsiste uma identidade natural em toda a humanidade. A teoria da origem civilizada dos indígenas influenciou diversos cientistas, entre os quais o naturalista Carl Martius. Mas sem dúvida, a grande divulgação arqueológica na obra de Humboldt foi a inquietante descrição da pirâmide mexicana de Cholula.⁸

A comparação entre as pirâmides do Novo e do Velho Mundo era muito tentadora para os eruditos. Primeiro, pela aparente semelhança de construção na base quadrangular e nas quatro faces triangulares; e segundo, pelo seu uso como monumento funerário em ambas as culturas. Em uma exposição asteca organizada no Museu de Londres (1823), essa aproximação foi divulgada explicitamente no seu manual: “la enorme y sorprendente semejanza que existe entre las antiguedades de México y las de Egipto. La pirâmide colosal, la escritura jeroglífica, la piedra esculpida son casi idénticas, y casi no puede dudarse de su origen común” (apud Keen, 1984, p. 359). Um ano antes dessa exposição, a egiptomania atingia seu auge na cultura erudita européia: os hieróglifos haviam sido traduzidos e foi publicada a parte final da coletânea *Description de L’Egypte*. Vislumbrar traços do Egito nos trópicos, demonstrava na realidade, a origem comum de uma civilização superior no mundo, que agora tornava-se conhecida pela arqueologia, e, em última instância, pelo olhar museológico.

O mundo científico demonstrava um interesse cada vez maior pelas ruínas americanas. Como sintoma da preocupação deste resgate, foram criados no México o Museu Nacional (1825, dois

⁸ Outras descrições arqueológicas nesta obra de Humboldt foram a dos pictogramas astecas (são reunidos 16 fragmentos de manuscritos-códices, ao longo de 20 lâminas monocromáticas e coloridas); a pedra do calendário e a estátua de uma sacerdotisa asteca (cf. Krumbach, 1989, p. 65; Pratt, 1999, p. 230).

anos após a proclamação da república) – importante congregador das divulgações de pesquisas efetuadas na região – e a Biblioteca Nacional (1833). Entre os anos 30 e 40 do Oitocentos, a arqueologia maia conheceu seu período de maior divulgação, tanto no meio acadêmico quanto no popular. Ao contrário das ruínas astecas, os vestígios encontrados entre o México e Guatemala fascinavam muito, principalmente porque foram encontrados em meio a uma densa vegetação tropical. Um mundo de mistérios rondava essas intrigantes cidades perdidas. Inicialmente, a facilidade de políticos estrangeiros em transitar pelas regiões espanholas resultou em algumas divulgações peculiares. O governador de Peten, Juan Galindo, visitou a cidade de Copan (Honduras) em 1827, um centro cerimonial tomado por ele como a civilização mais avançada das Américas. Suas reportagens foram publicadas no *Literary Gazette* de Londres, além de cartas enviadas para a American Antiquarian Society e Sociedade Geográfica de Paris (Fagan, 1984, p. 130-131). Essa última ofereceu um prêmio ao melhor estudo efetuado sobre Palenque em 1831. Com o propósito de conseguir este intento, o arqueólogo francês Jean Waldeck iniciou uma série de incursões no México.

Instalando-se no Yucatan em 1832, Waldeck iniciou um pormenorizado estudo dos detalhes arquitetônicos e esculturais de Palenque, além de visitar também Campeche, Uxmal e Chichen Itza. Seus trabalhos foram publicados sob a denominação de *Voyage pittoresque et archéologique dans la province d'Yucatan et aux ruines d'Itzalane* (1838). Com apenas 100 páginas de texto, a obra continha 21 pinturas panorâmicas dos sítios visitados. Não foi um êxito comercial ou científico, chegando a ser criticada por lhe faltarem maiores informações técnicas (Fagan, 1984, p. 140). Waldeck associou certos detalhes, como esculturas decorativas de Palenque, com elefantes – para o estudioso, uma confirmação da suposta origem oriental do templo: “A influência asiática é facilmente discernível na arquitetura desses monumentos. O símbolo de um elefante ocorre nos cantos arredondados dos edifícios, com a tromba erguida no lado oriental e abaixada no lado ocidental. É decepcionante, entretanto, que não tenham permanecido figuras inteiras; geralmente faltam as pernas [...] em Palenque, [...] encontramos inúmeras janelas altas em forma de *tau* (T) grego” (Waldeck, 1973, p. 306). Esse detalhe do ornamento em forma de elefante tornou-se tema polêmico da americanística durante todo o século XIX.

O reconhecimento de padrões estéticos alienígenas ao universo aborígene foi uma constante nos estudos pioneiros, uma tentativa de

reconhecer a origem das velhas civilizações em locais recentemente descobertos. Entretanto, com Waldeck a imaginação atingiu um grande radicalismo, ao estudar as cidades maias. Ilustrou ruínas com detalhes irreais, manifestando antes suas concepções imaginárias do que aspectos que realmente tenha encontrado. Na cidade de Uxmal, defronte ao templo dos adivinhos, reproduziu quatro estátuas de homens originalmente inexistentes no local (Camp, 1984, p. 64; Fagan, 1984, p. 145). Uma das figuras representa um indígena, segurando cetros ou varas cerimoniais, com as mãos cruzadas na altura do peito. Os ombros sustentam um colete e a cabeça um capacete com plumas laterais. As linhas genéricas da escultura recordam as estátuas greco-romanas, mas os detalhes apontam para a cultura egípcia: as posições contemplativas dos faraós ostentando objetos sagrados. Waldeck realmente observou estátuas que foram perdidas, acrescentando características inexistentes na arte maia, ou simplesmente inventou as figuras? Em ambas as alternativas, a tentativa de reconhecer padrões alienígenas na Meso-américa foi uma demonstração da grande interferência de aspectos imaginários na ciência do período. Também quando realizou ilustrações de certos *glifos*⁹ maias, o arqueólogo francês alterou totalmente suas formas. Um deles, representando supostamente elefantes, foi modificado de um original com feições humanas normais (Camp, 1984, p. 65). Beirando a falsificação, esses detalhes demonstram a capacidade imaginária do estudioso em interpretar a cultura indígena sob um olhar ao mesmo tempo etnocêntrico e colonialista. Com a finalidade explícita de comprovar a efetiva vinculação dos vestígios ruínísticos com a civilização “superior” do velho continente.

Totalmente empenhado em demonstrar essa vinculação, o excêntrico Lorde Kingsborough (Edward King) gastou uma imensa fortuna para publicar *Antiquities of México* (1831-1848), motivo que o levou a morrer falido na prisão. Um trabalho monumental de nove volumes, dando grande destaque para a arte monumental e a escrita pictográfica dos maias. Todos os manuscritos clássicos sobre o México antes da conquista européia foram traduzidos e incluídos na publicação, inclusive o *Códice de Dresden*. Kingsborough foi um ardente defensor de que os meso-americanos eram descendentes de antigas tribos israelitas fugidas do domínio assírio, no ano 721 a. C. (Donato, 1971, p. 148). Para isso, baseou-se nas antigas idéias de Las Casas (1542) e Arius Montanus (1573), intercaladas com suas interpretações das recentes descobertas arqueológicas no México.

⁹ Do grego *glyphe*, gravura, cinzeladura. Signo gráfico da escrita (pictograma gravado em pedra) (*Grande Larousse*, 1998, p. 2727).

Nenhuma obra dos ameríndios foi tão alardeada pela academia, e ao mesmo tempo se fez presente no imaginário, quanto as cidades perdidas maias, o exemplo máximo da civilização em meio à barbárie primitiva dos trópicos. Foram motivo de tantas especulações e teorias, quanto de uma enorme quantidade de expedições que tentaram solucionar seus enigmas, na primeira metade do Oitocentos. A mais popular e influente pesquisa *in loco* dos vestígios meso-americanos foi a de Stephens e Caterwood. Com eles, o universo cultural dos maias tornou-se extremamente conhecido em todo o mundo erudito. John Lloyd Stephens começou a ter interesse pelo mundo antigo, quando conheceu o livro *Voyage de l'Arabie Pétrée*, de Leon Laborde (1830), onde foi descrita a cidade perdida de Petra,¹⁰ na Jordânia. Profundamente admirado pelas litografias do autor, Stephens decidiu visitar pessoalmente o local. Como resultado, tanto a obra publicada por Laborde, quanto o próprio sítio de Petra influenciaram objetivamente o trabalho de Stephens sobre a América pré-histórica (Fagan, 1984, p. 151), demonstrando a vinculação existente entre as imagens de cidades perdidas no imaginário oitocentista.

A primeira cidade maia visitada por Stephens e Catherwood foi Copan, em 1839, seguida de Palenque e Uxmal. Ao contrário de todos os exploradores e publicações sobre a arqueologia americana desse período, a dupla de investigadores percebeu as diferenças entre a cultura ameríndia e a do Velho Mundo. As sutilezas da originalidade arquitetônica e artística sempre se manifestaram objetivamente em seus escritos, *a percepção do novo*, algo incomum para os eruditos de então: "las obras de este pueblo, reveladas por su ruinas, son diferentes de las cualquier outro pueblo conocido; son de un nuevo orden, y completamente anómalas. Son únicas..." (apud Fagan 1984, p. 186). No dia 25 de junho de 1841, foram publicadas em Nova York as edições de *Incidents of travel in Central America, Chiapas and Yucatán*. Com uma espantosa venda de 20.000 cópias, recebeu uma grande aclamação pelo público e pela crítica literária. Mas as conclusões de que os indígenas foram verdadeiros construtores ficaram totalmente desconsideradas pelos leitores, do

¹⁰ Em árabe *al-Batra*, antiga cidade da Arábia, ao sul do mar Morto, hoje pertencente à Jordânia. Capital dos Nabateus, documentada após 321 a. C., teve seu apogeu do século I a. C. ao século I de nossa era. Foi anexada pelos romanos sob Trajano. Encontrado no século XIX, o sítio celebrou-se por seus túmulos rupestres de fachadas com colunas ritmadas, com pilastras e nichos onde influências helenísticas e romanas se aliam à tradição oriental. As residências, construídas nos séculos II e III, também atestam a influência da arquitetura helenístico-romana (Grande Larousse, 1998, p. 4581).

mesmo modo que as antigas pesquisas de Tomas Jefferson a respeito dos montículos. Alguns meses depois da publicação, Stephens retornou para a península do Iucatan, explorando desta vez os centros cerimoniais de Chichen Itza, Kabah e Tulum. Em 1842, editaram outros dois volumes, intitulados *Incidents of travel in Yucatán*. Ainda dois anos depois, Catherwood publicou em Londres um álbum com 25 litografias e um pequeno texto de sua autoria, intitulado *Views of ancient Monuments in Central America*.

Além de suas detalhadas descrições, bem como suas teorias inovadoras sobre a origem das ruínas, John Stephens perpetuou imagens tradicionais acerca das cidades perdidas. E as litografias de Carthewood reproduzem em imagens as mesmas impressões românticas construídas em fins do século anterior. O clima de mistério surgiu inicialmente com as características geográficas avistadas: “A beleza da escultura, a solene quietude da mata, perturbada apenas pelo agitar-se dos macacos e pelo tagarelar dos papagaios, a desolação da cidade e o mistério que pairava sobre ela, tudo se juntava para criar um interesse ainda maior, se possível, do que o que eu chegara a sentir entre as ruínas do Velho Mundo” (Stephens, 1973, p. 311). Esse ambiente de isolamento, é um dos fundamentos das cidades perdidas, geralmente situadas em locais isolados dos centros científicos. Em seguida, o desconhecimentos dos detalhes cronológicos e tipológicos que compõem as ruínas, criaram a falta de referenciais para o início dos estudos. Isso é percebido claramente no trecho mais famoso do primeiro livro:

“As ruínas estavam ali diante de nós como um barco desarvorado em pleno mar, os mastros perdidos, o nome apagado, a tripulação desaparecida, e ninguém para dizer-nos de onde veio, a quem pertenceu, quanto tempo viajou, qual foi a causa do seu desastre. Apenas uma suposta semelhança na construção do navio nos permite adivinhar quem foi que o tripulou, e assim mesmo nem isso talvez se possa dizer com segurança” (apud Ceram, 1953, p. 277).

Essa imagem desoladora também foi captada em uma das primeiras e mais famosas ilustrações de Catherwood, *O ídolo caído* (1839). Representando a estela C de Copán, quando foi encontrada partida, o conjunto transmite uma atmosfera totalmente romântica. As laterais do desenho foram ocupadas por vasta vegetação arbustiva, com cores escuras e intensas, em movimento denotando forte tempestade. O ídolo, centralizado em cores mais claras e brilhantes, é encimado por uma abertura na vegetação de onde desce um pequeno relâmpago. A tempestade parece transmitir a idéia de que a natureza triunfou sobre a obra humana, esquecida no inter-

ior da floresta. Outra imagem, *Casa Um de Palenque* (1840), segue o mesmo princípio. Dois guias indígenas conduzem Stephens – com ares perplexos – pelos arredores de intrincados blocos desprendidos de uma construção. Em primeiro plano, ocupando quase todo o quadro, imensas árvores e raízes contorcidas fundem-se com as ruínas, em um cenário de resultado dantesco. As duas ilustrações revelam o impacto do encontro inicial, revelando outras características básicas das cidades perdidas: o mistério e a maravilha fluindo nas regiões desconhecidas.

Mesmo apresentando uma sofisticada exatidão ao reproduzir mínimos detalhes dos edifícios maias, as litografias do artista perpetuam imagens tradicionais na arqueologia. Na estampa *Interior do templo de Uxmal* (1842) foi apresentado um grande recinto desmoronado. Ao fundo, um explorador penetra em outro aposento escuro do edifício. A comparação com antigas representações de catacumbas e de interiores de pirâmides é inevitável. O desconhecido provoca a criação de temores básicos, também presentes na expedição arqueológica, no qual a atmosfera do extraordinário prevalece. Fórmula indispensável na literatura de viagens, tanto ficcional como científica, o fascínio pelo novo legitima a existência da exploração.

À medida que os estudos de Stephens e Catherwood avançavam em diversos locais, a língua nativa e os vestígios tornavam-se reconhecíveis. Criando-se maiores condições de sistematizações, o mistério inicial foi substituído pela familiaridade. Em uma das últimas ilustrações de Catherwood, *Ruínas de Tulum* (1844), a natureza e o passado foram totalmente dominados pelo homem. Em frente às ruínas de um templo maia, oito trabalhadores nativos cortam e transportam algumas árvores, desobstruindo amplamente o local. Stephens e Catherwood, com a ajuda de uma longa corda, medem toda a fachada do templo, um de cada lado. No extremo esquerdo, no plano inferior, um expedicionário de costas porta um rifle. Nessa litografia, não há espaço para o incógnito. A arqueologia também participou da conquista do desconhecido, transportando as glórias da civilização ocidental para mundos ermos e longínquos.

Dos antiquários aos românticos: os usos da arqueologia

“Inseridos na paisagem ou preservados nas coleções, os traços do passado, monumentos ou objetos, são pretexto para um trabalho constante do imaginário. À explicação funcional – casa, túmulo, ferramenta – substitui-se uma interpretação simbólica” (Alain Schnapp, *Arqueologia*, 1996).

Em conclusão, observamos neste pequeno trabalho alguns momentos da arqueologia americana. As influências culturais de cada país e sociedade, acrescentando novas formas de concepção do passado, assim como a interferência de elementos do imaginário, culminando com concepções nacionalistas no período moderno. A arqueologia foi um importante instrumento na construção da história, e até hoje é operacionalizada com essas intenções: “a arqueologia não é um estudo passivo das culturas do passado. Assim, dificilmente será neutra e autônoma, pois opera dentro de um contexto sócio-cultural mais amplo e desempenha um papel ativo nos processos de mudanças sociais” (Rodrigues, 1991, p. 193).

Abrindo clareiras no ignoto humano, a arqueologia instituiu representações nas sociedades que ainda se fazem presentes mesmo em nossos dias, como a imagem do arqueólogo no Cinema e na Literatura. O próprio papel dos cientistas neste longo processo, iniciado com os antiquários renascentistas, remete à sua inserção em seu tempo. Portanto, os limites entre a ciência da cultura material e a representação do passado são muito tênues, remetem aos mecanismos simbólicos de poder nas sociedades. A arqueologia estabeleceu vínculos entre a percepção européia e as áreas exploradas (a *zona de contato* proposta por Pratt, 1999), legitimando o processo colonial e imperialista moderno. A criação de mitos arqueológicos é um exemplo significativo: ao estabelecer a origem de antigas civilizações perdidas como autoras dos vestígios americanos, a arqueologia revive o passado destituindo os habitantes contemporâneos de aspirações territoriais.

Repleta de elementos imperialistas, a arqueologia setecentista e oitocentista atuou como legitimadora do avanço colonial, mas também como redefinidora do espaço geográfico territorial, estruturadora de símbolos nacionalistas e da percepção expansionista refletida na literatura de viagens.

Referências bibliográficas

- BLASKESLEE, Donald J. John Rowzee Peyton and the myth of the Mound Builders. *American Antiquity*, v. 52, n. 4, p. 784-792, 1987.
- CAMP, Sprague de. *Cidadelas do mistério*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.
- CERAM, C. W. *Deuses, túmulos e sábios*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- COE, Michael et al. *Antigas Américas*. Madrid: Ediciones del Prado, 1997.
- DONATO, Hernani. *Dicionário de mitologia americana*. São Paulo: Cultrix, 1971.

FAGAN, Brian M. *Precursores de la arqueologia en America*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

FROST, Frank J. *Voyagers of the imagination*. *Archaeology*, v. 46, n. 2, p. 44-51, 1993.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GRANDE *Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

HUDDLESTON, Lee Eldridge. *Origins of the American Indians*. Austin: Steck Company, 1967.

HUMBOLDT, Alexander von. *Researches concerning the institutions and monuments of the ancient inhabitants of America*, 1814. In: CERAM, C. W. (org.) *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

———. *Quadros da natureza* (1807). Buenos Aires: Eduardo Perié, 1884.

IMBELLONI, J. *La Segunda Esfinge Indiana: antiguos y nuevos aspectos del problema de los orígenes americanos*. Buenos Aires: Hachette, 1956.

KEEN, Benjamin. *La image azteca en el pensamiento occidental*. México: Fondo de Cultura Económico, 1984.

KRUMBACK, Helmut. Os antigos pictogramas do México: Alexander von Humboldt o primeiro intérprete da escrita indígena. *Humboldt*, n. 58, p. 63-69, 1989.

LANGER, Johnni Mito, história e literatura: as cidades perdidas do Brasil. *História e Perspectivas (UFU)*, Uberlândia, n. 14, p. 67-83, 1996a.

———. A Esfinge atlante do Paraná: o imaginário de um mito arqueológico. *História: questões e debates (UFPR)*, Curitiba, ano 13, n. 25, p. 148-163, 1996b.

———. *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná, 1997a.

———. Mitos arqueológicos e poder. *Clio Série Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 1, n. 12, p. 109-125, 1997b.

———. O mito do Eldorado. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 136, p. 25-40, 1997c.

———. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90 (UFRGS)*, Porto Alegre, n. 9, p. 165-185, 1998a.

———. Os livros raros da UFPR: um patrimônio histórico. *História: questões e Debates (UFPR)*, n. 28, p. 153-169, jul. 1998b.

PRAT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Jorge Zahar/Edusp/Fapesp, 1996.

RODRIGUES, Blanca. México: mitos indígenas y mitos nacionales. In: SCHULER, Donaldo; GOETTEMES, Míriam Barcellos (orgs.) *Mito: ontem e hoje*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1987.

RODRIGUES, Donizete. Reflexões sobre a história da arqueologia (colonialista e nacionalista) africana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 1, p. 191-194, 1991.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. História da arqueologia brasileira. *Pesquisas* Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 46, 1991.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento brasileiro*. Goiânia, UFG, 1997.

STEPHENS, John. Incidents of travel in Central America, Chiapas and Yucatán, 1841. In: CERAM, C. W. (org.) *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

TRIGGER, Bruce. Archaeology and the image of the American indian. *American Antiquity*, v. 45, n. 4, p. 662-675, 1980.

———. Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist. *Man*, n. 19, p. 355-370, 1984.

WALDECK, Jean. Voyage pittoresque et archaéologique dans la province d'Yucatan et aux ruines d'Itzalanes, 1838. In: CERAM, C. W. (org.) *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria história*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.